



Anais da Assembleia

N.º 119

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE SETEMBRO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 182ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Bernardi e José Domingos Scarpelini.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Accioly Neto, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (26); achando-se ausentes os Senhores Deputados Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 26 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 109/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 125/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Campo Largo, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e CIP., por unanimidade. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Requeiro a V. Exa., Sr. Presidente, que seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e solicita ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal para constatação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) - (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 23 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há quorum para deliberação. Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão

extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 27, às 14,00 horas, com a Ordem do Dia a ser anunciada na sessão ordinária de segunda-feira.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 183ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1977.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Gabriel Sampaio e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivan Rüppel, Del Ciel, Jayme Rodrigues Carvalho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin e Antônio Facci (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2ª SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 91/77

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. — Ficam prorrogados até 30 de setembro de 1978 (um mil novecentos e setenta e oito), os efeitos da Lei número 6547, de 05 de junho de 1974.”

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Penteado, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. O extinto era pai da Sra. Maria de Lourdes Penteado Federmann, esposa do Deputado Estadual David Federmann.

Outrossim, após aprovação deste, requer seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserto na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à Associação Catarinense de Medicina pela realização de seu VII Congresso de Medicina e I Exposição de Artes Plásticas a se realizarem em Florianópolis, entre 19 e 22 de outubro próximo vindouro.

Requer, ainda, que da decisão da Casa se dê conhecimento à Associação Catarinense de Medicina, sita na rua Jerônimo Coelho, 359, 6º andar, Florianópolis - SC, na pessoa do seu Presidente, Dr. JÚLIO DA SILVA CORDEIRO.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1977.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Catarinense de Medicina programou o seu VII Congresso Médico para o período de 19 a 22 de outubro próximo, em Florianópolis. Pela primeira vez, será realizada este ano, paralelamente ao Congresso, uma Exposição Médica Nacional de Artes Plásticas, da qual poderão participar médicos de todo o País, que desenvolvam alguma atividade artística.

O programa científico do Congresso constará de 18 cursos, sendo que nos dias 20 e 21 pela manhã serão apresentados: Oftalmologia, Clínica Cirúrgica, Pneumologia, Anestesia, Pediatria, Reumatologia, Tocoginecologia, Patologia e Oncologia. Ainda no dia 21 e no dia 22 serão ministrados os cursos de: Otorrinolaringologia, Gastrenterologia, Cardiologia, Psiquiatria, Doenças Transmissíveis, Ortopedia, Urologia Pediátrica, Neurologia e Medicina do Trabalho.

Cada curso terá participação de um professor especialmente convidado de outros centros do País. A Comissão Executiva também está programando várias sessões de temas livres, agrupadas por especialidades.

Os médicos pertencentes ao funcionalismo público federal da administração direta e autarquias, que comprovadamente participarem do Congresso da ACM, estarão dispensados de ponto, de acordo com despacho publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho último.

Para se inscrever na I Exposição Nacional Médica de Artes Plásticas, abrangendo os gêneros Pintura, Desenho, Gravura, Fotografia, Tapeçaria, Cerâmica e Escultura, o médico deverá informar entre outros quesitos, se já participou de outras exposições e quais.

Merece justo regozijo a ACM, promovendo mais esse importante Congresso a par da Exposição de Artes Plásticas, vinculando na reunião três importantes temas sociais: Ciência, Arte e Lazer, tripé básico e tradutor do fenômeno cultural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Dr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado e Dr. Gastão de Abreu Pires, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando-lhes seja encaminhada, em tempo hábil, Mensagem propondo aumento de vencimentos aos funcionários públicos estaduais, a fim de que possa ser implantado nas folhas de janeiro de 1978, bem como sejam expedidos decretos majorando as gratificações de representação de Gabinete.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Estamos nos aproximando do final do ano de 1977 e, como é do conhecimento público, esta Assembléia Legislativa deverá entrar em recesso no mês de dezembro.

Os servidores públicos estaduais, no correte ano, foram prejudicados no tocante à implantação do aumento de vencimentos, pois, somente no mês de março chegou a esta Casa a Mensagem do Chefe do Poder Executivo, fato que provocou a retenção do valor do benefício durante vários meses.

Já fomos cientificados pelo Exmo. Sr. Deputado Presidente da Comissão de Orçamento, que o Projeto de Lei de Meios para o exercício de 1978, será discutido nos próximos dias.

Esse fato nos leva a crer que já existe determinada previsão orçamentária, resultante de estudo elaborado pelo próprio Governador para esse fim e nada impede que, ainda em tempo hábil para ser votado e aprovado antes do recesso parlamentar, seja encaminhado o plano de lei referente ao aumento dos servidores públicos estaduais, que deverá vigorar a partir de janeiro de 1978.

Por outro lado, reiteramos a justa reivindicação de que sejam autorizados os valores das Gratificações de Gabinete, atribuídas aos funcionários dos Três Poderes.

Sabemos que essas gratificações não são atualizadas no Poder Judiciário há quase cinco anos, onde um Bacharel em Direito percebe apenas Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) para o responsável encargo de secretariar uma câmara, e, que no Executivo, somente alguns servidores foram beneficiados com a chamada "gratificação da gasolina", enquanto que esse adendo não vem sendo atribuído em qualquer Gabinete desta Assembléia.

Nossa sugestão é no sentido de que seja adotado um novo critério, englobando-se os dois valores, com extinção da controvertida verba da "gasolina".

As providências que se esperam da Secretaria de Recursos Humanos e do Governador do Estado serão recebidas como medida de inteira justiça e de reconhecimento à classe encarregada de tornar eficiente a administração de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente requerimento, obedecendo o Regimento Interno da Assembléia, requer seja oficiado ao Senhor Presidente do Banco do Brasil Sociedade Anônima, enfatizando a necessidade premente da criação e conseqüente instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito na sede do Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1977.

(a) RENATO BERNARDI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Marialva se constitui, atualmente, ao lado de cidades como Maringá, Cascavel, e outras, em uma das células de maior índice de crescimento demográfico em todo o Estado do Paraná. Tal fato se justifica, tanto por agentes intrínsecos, eis que Marialva está entre os maiores produtores de café (de excelente tipo), soja e trigo, apresentando ainda um dos mais elevados índices de urbanização, como também por agentes extrínsecos, já que Marialva faz parte do núcleo de polarização regional, formador de uma nova área metropolitana. Marialva possuía cerca de 15.000 eleitores, dentro de uma população global de 70.000 habitantes, concentrados em uma área territorial de mais de 450 quilômetros quadrados. Ligada ao eixo de exportações pela Rodovia do Café, é servida pelos trilhos da Rede Ferroviária Federal, estando a apenas 14 km da cidade de Maringá, sede da Estação de Transbordo para Itaipu.

Alguns distritos de grande destaque, com um plano urbano superior a muitas sedes municipais, formam para Marialva um verdadeiro rosário de agentes estimuladores da produção rural, assim como possibilitam uma melhor assistência ao homem do interior: Santa Fé de Marialva, São Luiz, Aquidabã, São Miguel do Cambuí, Vera Cruz e Sarandi. Em quase sua totalidade, estes distritos são servidos por uma rede escolar superior à média regional, oferecendo à sua clientela escolar,

ensino de primeiro grau completo. O Distrito de SARANDI, hoje uma área urbana CONURBADA a Maringá, sofreu uma expansão urbana tão grande que apresentou em três anos um índice de crescimento de 430 por cento, contando no momento com 18.000 pessoas em seu sítio urbano, beirando os 8 (oito) quilômetros quadrados; neste distrito está situado o Parque Industrial do Município de Marialva que tanto atende às necessidades de sua unidade como também supre as deficiências ou dificuldades encontradas em Maringá. Marialva tem 06 (seis) agências bancárias com um movimento realmente grande, pertencendo à jurisdição de Mandaguari no tocante à movimentação referente ao Banco do Brasil S/A. Ocorre que, tanto por seu movimento próprio como por tendências comerciais definidas, os habitantes de Marialva têm uma ligação muito mais estreita com Maringá. Assim, está mais do que justificada a instalação pretendida por esta solicitação. MARIALVA precisa, para continuar com este ritmo de acelerado progresso e desenvolvimento, de uma agência própria do Banco do Brasil S/A., como única forma de, obedecendo à natureza do fluxo de crescimento e atuação de sua gente, continuar a colaborar na construção do Paraná e do Brasil que é o sonho de todos os homens de bem. Marialva, por seu povo e por seu progresso, merece, precisa e, por isso, há de ter sua agência do Banco do Brasil S/A.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, o adiamento, por quatro (4) sessões, da discussão do Projeto de Lei número 81/77.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, adiamento por 20 (vinte) sessões da apreciação do Projeto de Lei número 85/74.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Pausa).

(Ausente).

Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui estamos, para um esclarecimento à Casa, esclarecimento que julgamos necessário:

Alguns jornais, em manchete noticiaram: PARANAÍ — SETOR EDUCACIONAL; e ontem ainda, causou-nos surpresa o fato de, ao final de o "Jornal Nacional", o nosso nome ser comentado, dizendo-se que interferência política no ensino de Paranaíba estava causando preocupações, pois havia sido exonerada uma diretora.

Aqui estamos, para prestar esclarecimentos à Casa, em especial aos nobres Deputados que militam naquela região e, em mais especial, ao nobre Deputado Waldenício Barbalho.

Não houve exoneração de diretora alguma, a notícia não é correta, apenas, uma diretora estava no cargo, ali colocada pelo ex-Prefeito Municipal, sem designação alguma da Secretaria da Educação. Não existe sequer um ato, para, a mesma responder pela Direção e, como os Senhores todos sabem, está aí por determinação da Secretaria dos Recursos Humanos, o problema que está causando preocupações, que é o problema da relotação de professores, aliás, em todas as Secretarias, não só na Secretaria da Educação; assim sendo, aquela diretora teve que retornar, por força da determinação da Secretaria dos Recursos

Humanos, ao seu lugar de origem, que é a Escola de Educação.

Vereadores de oposição a nós, não de oposição do MDB pronunciaram-se na Câmara de Paranaíba, deturpando os fatos mas, tudo está devidamente esclarecido e explicado, e os mesmos jornais, creio, ouviram a própria diretora e deverão divulgar a entrevista que lhes concedeu a diretora que, diziam, havia sido exonerada, o que na realidade não aconteceu.

Nós estamos aqui para estes esclarecimentos, é um problema regional-municipal mas, tendo em vista as divulgações errôneas em "A Folha de Londrina" e na Televisão, sentimo-nos na obrigação deste esclarecimento à Casa, para que o problema fique definitivamente esclarecido, e em especial aos Deputados que militam no Noroeste, principalmente o Deputado Waldenício Barbalho.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil é hoje uma Nação extremamente cansada; não cansada por apenas quatro séculos de desenvolvimento econômico e social que lhe deu o "status" de uma Nação civilizada; a Nação brasileira está extenuada, porque entrou na fase cíclica da História em que a situação sobre a qual se encontra, atingiu o clímax da tolerância.

Vivemos numa fase que encontra precedente na História da Civilização, na época imediatamente anterior à Revolução Francesa de 1789.

Em muito pouco tempo, menos de 200 anos, já novamente o cidadão volta a clamar e erguer os braços, buscando liberdade, igualdade e fraternidade.

Em nosso País, o partido da oposição, Movimento Democrático Brasileiro, parece-me não ter compreendido a tendência universal que deve dar conteúdo às reivindicações que visam a reformular qualquer aspecto de uma nacionalidade.

Se pudéssemos comparar, hoje, o movimento pró-Constituinte iniciado pela Oposição, poder-se-ia afirmar que tal campanha significaria, nos primórdios da Revolução Francesa, a luta por apenas um dos seus postulados.

Em outras palavras, se o MDB estivesse liderando o movimento que desaguou na Revolução de 1789, eu diria que levantou apenas uma bandeira, digamos, a da fraternidade e esqueceu da bandeira da igualdade e da bandeira da liberdade.

O que eu quero dizer com esta comparação é que a mudança não se opera pela luta que se desenvolva em favor de apenas um efeito da mudança. O que se buscou em 1789 não foi isoladamente a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Esses três postulados básicos, nada mais foram do que consequência da vitória da própria revolução. Não fosse a revolução vitoriosa integralmente, não teria conhecido o mundo ocidental os novos princípios informadores da política do Estado moderno.

E é por essa razão, que não é propriamente que eu me oponha à tese da Constituinte; mas, parece-me que o momento nacional está a exigir, notadamente da classe política, que as atenções sejam dirigidas para uma mudança global, porque só através de uma mudança global nós conseguiremos realmente obter com efeito uma Constituinte desimpedida e livre que consiga com a mais plena soberania, restabelecer no Direito Constitucional Brasileiro, as normas excelsas que representem os anseios do povo brasileiro.

E é por esta razão que, a partir de hoje, sinto-me no dever, a exemplo de tantos brasileiros, de sair do silêncio, de fugir da omissão, para posicionar-me dentro desta Casa, e, procurando, na medida do possível, representar com a mais absoluta autenticidade aqueles de quem sou porta-voz no Poder Legislativo.

E, assim sendo, é que eu quero afirmar, com clareza, que o momento não é de discutir os acessórios; não é de se preocupar

com o efeito. Mas, o instante em que vivemos é de buscarmos uma solução que signifique a grande causa do povo brasileiro. E, a grande causa do povo brasileiro, nesta quadra histórica da Nação, é representada por uma luta comum que significa e que se representa numa legenda simples: mudança de mentalidade. O que é indispensável ao Brasil, hoje, para assegurar-se de que seu futuro será aquele que todos esperam, é que se mude a mentalidade dominante no Estado Brasileiro. E, a mudança de mentalidade, significará, a curto e a médio prazo, o restabelecimento do estado de direito.

E para hoje, por felicidade, me foi possível trazer o depoimento de um dos mais ilustres juristas e, também, político que o Brasil teve oportunidade de conhecer e, principalmente, a satisfação muito grande, de tê-lo vivo e lúcido a mostrar-nos os caminhos certos que devam ser trilhados por cada um de nós da classe política para que, também, saibamos mostrar qual é esse caminho ao povo brasileiro.

Hermes Lima que esteve no Supremo Tribunal Federal, que ensinou Direito para tantas gerações, que foi o Primeiro Ministro num regime transitório que viveu a Nação na década de sessenta, escreveu um artigo, cujo título "SOCIEDADE E ARBITRIO POLÍTICO", diz, por si só, exatamente, o momento em que vivemos.

Passo a lê-lo:

"A sociedade civil é, basicamente, de paisanos. Aqui e em toda parte. A paisanada é que escreve poesia, romance e filosofia. Também produz, discute, briga e protesta. Aparentemente, é indisciplinada. Anda sempre fora de forma mas, é o chão em que o Estado deixa raízes. A disciplina civil comporta consenso e argumentos.

Na sociedade civil situa-se o campo em que os acontecimentos políticos sucedem. Às vezes, um desses acontecimentos assume forma de terremoto, de fogueira que ilumina, através da claridade obscura das chamas, o perfil do incerto futuro. É a revolução.

Nada há mais difícil para viver do que as épocas revolucionárias. Por isso mesmo, tendem necessariamente as revoluções a exaurir seu ímpeto, o patético que as fecundou até a violência, até o terror. A sociedade não suportaria por tempo demasiado longo essas altais, desesperadas temperaturas.

Essa história de revolução permanente é conversa fiada. Revolução é uma coisa, normalidade, outra. Normalidade é convivência contraditória, segurança política e econômica, a pessoa acima do arbítrio, o trabalho produtivo. Pode a normalidade decorrer de organizações sociais diversas. Mas em falsa normalidade se converterá se lhe faltar o valor básico, a proteção da pessoa humana contra o arbítrio.

Para simplificar as coisas, digamos que houve neste país, em 64, uma revolução. Tudo bem. Ela demitiu, aposentou, cassou, prendeu, tomou mesmo, como acontece às revoluções, como é de natureza das revoluções, o seu porre de violência. Era a fase do arbítrio, das ações iluminadas pela paixão abstrata do bem, pelo ideal configurado na reconquista da riqueza e sacrifício no exercício da vida pública. Do que alcançou, dirão comentaristas e historiadores.

A essa revolução que não mexeu na terra, nem na propriedade, nem tocou no sistema capitalista, que comanda nossa economia, seria impossível prolongar o estado da exaltação, de arrebatamento por muito tempo. Começou, então, a institucionalizar-se por meio de abundante legislação em que a tônica política dominante é a segurança.

Realmente, o traço absorvente dessa legislação verifica-se no controle da vida nacional e, de modo particular, da vida cívica nacional. Civicamente, estamos paralisados. Partidos sob vigilância. Censura de livros. Controle da juventude universitária. Proibição de comícios, de manifestações públicas. Sindicatos impedidos de negociarem livremente com os padrões. De positivo, resta a liberdade de imprensa, que é a credencial polí-

tica do atual Presidente.

Revestiu-se assim o Estado de uma armadura autoritária que o afasta da sociedade civil. É todo o contrário do Estado constitucionalizado, desse que chamamos Estado de Direito. Estado de Direito concretiza-se no modo de atuar do Poder Político, que, no exercício de suas faculdades e atribuições, governa mas não sufoca. O Estado possui o monopólio do uso legal, o que, não é pouco. Uso legal significa obviamente exercer funções dentro do enquadramento constitucional, que fornece padrões objetivos de conduta política.

Na atualidade, entretanto, todo sistema político, jurídico e social do país está subordinado ao arbítrio do Ato Institucional número 5. Arbítrio é o exercício da vontade política sem apelo, sem contraste, sem justificação conhecida. Não admite defesa nem recurso. É aquilo que o Poder Executivo determinou e está acabado.

Gostaria que me apontassem o país civilizado em que o Poder Executivo detém, como privilégio seu, como faculdade constitucional integrante do aparelho governamental, essa anomalia."

É este o retrato do Brasil, no qual nós vivemos hoje. E este retrato profundamente negativo deve ser mudado, a fim de que o Estado Brasileiro corresponda às tradições de sua própria formação ao longo desses quatrocentos e tantos anos.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Há cerca de 16 anos, o Paraná entrava na citricultura industrial brasileira que então nascia.

Como há vinte anos, Santa Catarina e outros Estados produtores inclusive, o litoral paranaense, ingressavam na cultura de bananas para a exportação.

Mas, da banana, fazemos apenas o registro para efeito de entendimento do que estamos expondo.

O Paraná entrava na citricultura pela porta dos fundos, cuja porta parecia ser de entrada mas era de saída. O Paraná, na verdade saía da citricultura comercial, justamente, quando se criavam condições para a industrialização dos concentrados depois que se descobriu como melhor forma de comerciar em geral e exportar em particular. Já se compreendia que exportar a laranja era menos vantajoso do que exportar o concentrado da laranja.

À medida que a cultura dos cítricos se desenvolvia, envolvendo a tecnologia própria à sua comercialização, os especialistas cuidavam melhor da qualidade dos frutos. No caso da laranja, passou-se a cuidar com muito rigor seletivo de classificar os produtos mais indicados para sucos, distinguindo essas frutas mais suculentas e de sabor forte, daquelas de paladar delicado, mais ajustadas à mesa, como fruto para sobremesa.

Cuidar dos frutos significa cuidar de sua cultura, das terras e dos laranjais, da fertilização e da proteção, da colheita e do transporte e armazenagem. A defesa fito-sanitária preocupou-se em combater as pragas que afetam os laranjais, deteriorando a qualidade dos frutos. E, em pacientes e criteriosas investigações, localizou frutos de má qualidade no mercado, sua origem e as causas da degenerescência.

Entre os grandes males da citricultura detectou-se o cancro cítrico a afetar extensas áreas produtivas, onde a falta de assistência técnica e a rotina da produção intuitiva tinham aruinado grande potencial produtivo.

Muitas áreas foram recuperadas para a citricultura, ali onde a ação técnico-agrícola se conjugou com os esforços cooperativos de autoridades e produtores.

A região paulista de Bebedouro transformou-se numa região de extensos laranjais e de fábricas de concentrados de laranja que, dominam tanto o mercado interno brasileiro como

as exportações. Os concentrados conseguiram resultados econômicos altamente compensadores, num mercado constante e sequioso do aumento de consumo.

O Paraná, que tinha na região de Cerro Azul, a sua área cítrica natural e condições de plantio racional em quase todas as regiões, particularmente no Norte e no Litoral, ficou fazendo a campanha contra o cancro cítrico durante 16 anos.

Senhores Deputados:

A defesa sanitária, a prevenção e o policiamento fito-sanitário, são muito importantes, quando se alternam com medidas de erradicação, controle e estímulo à produção. Mas, a partir do momento em que as fronteiras de São Paulo se fecharam à laranja do Paraná, seja porque realmente laranjas e mudas não tivessem as condições fito-sanitárias ideais, seja como isolamento e boicote ao produto paranaense, pareceu a todos nós que as autoridades da Secretaria de Agricultura deviam ter interesses produtivos na região de Bebedouro. Porque as medidas concretas para estimular nossa produção de laranjas desapareceram. Procurou-se na verdade destruir a produção paranaense de laranjas e outros cítricos.

De lá para cá, a batalha contra o cancro cítrico se inseriu numa campanha de folhetim, cujo objetivo nos parece mais dogmático e de publicidade gratuita das autoridades.

Das duas uma, ou o Paraná tem o cancro cítrico mais insistente do mundo, ou as autoridades paranaenses realizam campanha para impedir o desenvolvimento da fruticultura no Estado, particularmente dos cítricos.

E nós além de considerarmos um absurdo que o Paraná realize uma campanha contra o cancro cítrico, durante 16 anos, a ponto de matar os laranjais, contribuir para a proibição de que nossos frutos ultrapassem as fronteiras estaduais, consideramos que não é possível deixar de estimular a produção de frutas em nosso território. Pelo menos devemos temer o ridículo nacional: ou somos incompetentes ou não merecemos confiança no sentido dessa campanha.

Não faz muito tempo, aqui nesta Casa, mais uma vez se mexia na questão do cancro cítrico, como se estivéssemos tratando da febre aftosa — que exige permanente vigilância.

Em São Paulo, com as mesmas condições tecnológicas de que dispõem os brasileiros, o cancro cítrico foi erradicado e a produção estimulada a nível suficiente para o mercado interno e internacional. No Paraná, ficamos fazendo a campanha do cancro cítrico e até hoje é só do que ouvimos falar.

Consta até, Senhores Deputados, que nas outras promissoras regiões produtoras de cítricos, as mães e as babás de crianças criaram uma mitologia para assustar os pequenos e exigir-lhes obediência. Cuidado com o cancro cítrico! Virou uma espécie de "Boitatá", uma "Mula Sem Cabeça". Em breve, poderão dizer: "Cuidado com a Secretaria da Agricultura!"

Senhores Deputados:

Depois que este Estado equacionou devidamente a relação entre indústria e agricultura; depois que a demagogia do "milagre brasileiro" deixou de afetar nossos planejadores, prefeitos e urbanistas, com os sonhos antecipados da superindustrialização, ou dos eixos industriais (agora temos a MINEROPAR e a CANAPAR), descobriu-se que é necessário cuidar mais e melhor da agricultura e da fruticultura.

A fruticultura e a cultura de subsistência — o feijão, o arroz, o leite, a carne etc — voltaram a ocupar nosso interesse desmazelado. E então os municípios se preocuparam em formar também sua fruticultura, para não comprar a preços proibitivos aquilo que pode e deve ser produzido em cada região.

Em vez de pagar importando, produzir e até exportar.

Mas, para isso precisaremos de uma Secretaria de Agricultura à altura de nossas necessidades."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a Liderança do MDB se deseja ocupar o horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ocupará o horário reservado ao MDB, o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deseja informar o Plenário que acabou de manter contato telefônico com o Gabinete do Senador Teotônio Vilela e que S. Exa., a convite desta Casa, comparecerá aqui dia 13 de outubro, às 14,30 horas, para expor seu Projeto Brasil.

A Presidência estende o convite aos jornalistas e toda a comunidade que deseja assistir a conferência, que S. Exa. estará aqui na data de 13/10, às 14,30 horas.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A lei deve, e necessariamente, tem de ser observada, cumprida e respeitada.

Toda lei é importante, por isso o processo legislativo; por isso a sua celebração.

Há, evidentemente, leis de maior e de menor porte.

Para a vida do Estado, lei importante é a que respeita sua própria vida; é a que enfoca seu próprio futuro; é a que vai delimitar a execução de todas as coisas do Estado.

Por isso, rígidas; por isso, impositivas; por isso, necessariamente se obrigando a respeitá-las e executá-las.

Entretanto, parece que no relacionamento entre os poderes deste Estado, pouca atenção tem sido dada a esta Casa.

Parece que no relacionamento entre Executivo e Legislativo se alteia aquele Poder, sob a um estrado, se coloca num pedestal de intocabilidade, diminuindo esta Casa, ferindo esta Casa, aviltando esta Casa, desrespeitando esta Casa, minimizando este Poder.

Algumas vezes já me ofereci, já trouxe casos desta ordem, com relação a essa espécie de relacionamento.

Em verdade, o Poder Executivo do Estado do Paraná pouca consideração tem para com o Poder Legislativo.

Não estivessem aqui alguns Deputados, não estivesse aqui a Oposição, a par de outros, a verberar o cumprimento de leis, a verberar a exigência de um tratamento de igualdade, pior e cada vez pior seria este relacionamento.

Mas desde que, em algum momento se dê rédea, à solta, a este cuidado, pinoteia o Poder Executivo e escoiceia este Legislativo. Muitas vezes isto até pode ser absorvido, neste momento difícil da conjuntura nacional, nestas distorções que estamos vivendo.

Mas há instantes e há momentos em que isto é impossível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque mais do que este Poder, está sendo agredido o próprio Estado do Paraná em seu futuro.

Venho com o caso concreto e exponho à Casa a questão declarada. Que mais importante pode existir para o Estado do que a planificação do seu amanhã? Que momento mais importante existe para este Legislativo, verdadeira e autêntica representação popular do Estado? Que momento mais importante existe que a elaboração orçamentária do Estado?

Parece-me que este é o grande momento do Legislativo. Parece-me que este é o momento mais importante na vida do Estado. Desrespeita ao Executivo esse instante. Desrespeita o Executivo esse momento. Pouco trato dá o Executivo a esse fato. Impõe a lei que esta Casa já tivesse recebido e estivesse apreciando o orçamento plurianual de investimentos. Já se esgotou há algum tempo este prazo sem que a esta Casa viesse ter o plurianual.

A lei estadual que trata da matéria estabelecia em princípio que este prazo dado ao Executivo para remessa ao Legislativo, deveria, fatalmente, esgotar-se a primeiro de agosto. Mais tarde entendeu o legislador de prorrogar, dilatar este prazo, estendendo-o até o dia 15 de setembro do ano imediatamente anterior ao que se refere à execução orçamentária. Já tem uma semana que este prazo se escoou. Já têm sete dias que se esgotou este tempo.

Uma questão surge: descumpre o prazo e com isso

descumprindo tanta coisa, descumpra o prazo o Poder Executivo.

Mas a lei também fixa e impõe o prazo para que esta Assembléia se pronuncie, aprecie e delibere a respeito do orçamento plurianual.

E o prazo fatal é de 60 dias a contar de 15 de setembro.

Esgotado este prazo, sem que a Assembléia delibere, é sancionada a matéria, à Assembléia Legislativa, é penalizada porque se dará por aprovado o projeto original, a mensagem governamental, por decurso de prazo.

Que penalidade cabe ao Governo que não cumpre a sua parte?

Que penalidade cabe ao Poder Executivo que desrespeite a lei?

A Constituição do Estado dedica uma seção inteira a tratar do orçamento, mas do orçamento anual.

Descumprida a Constituição e, portanto, ali estabelecidos, estaria o Governador incurso em crime de responsabilidade.

Trata-se agora, no caso, de Lei Ordinária.

Desrespeita e descumpra, o Governador, esta lei. E a lei, de certa forma, é omissa na sanção que deve aplicar ao Poder Executivo.

Indaga-se: se caberia a aplicação, por analogia, do dispositivo constitucional, e estaria hoje, o Governador do Estado do Paraná, incorrido crime de responsabilidade; indaga-se:

Que sanção cabe à omissão, ao lapso, ao desrespeito palaciano, para com o Estado do Paraná?

Não sei, Sr. Presidente, não sei, Srs. Deputados, se deveria pessoalmente apontar este ou aquele caminho, mas, me parece, o desrespeito não se dá a este ou àquele Deputado, o desrespeito é à Casa, a agressão é a este Poder, mais uma vez esbofeteados na sua honra, mais uma vez aviltados, mais uma vez sapa-teados.

A Casa é que deve responder, os Deputados é que devem formar opinião e decidir a posição a adotar.

É por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, venho concitar a Casa a que tome uma posição.

E é por isto que trago à consideração da Casa, a Indicação que passo a ler:

"Senhor Presidente.

A Lei Estadual 5.982, de 04 de agosto de 1.969, "dispõe sob normas para elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos", informa, já no seu art. 1.º, que "A ação governamental se orientará por planejamento que visa promover o desenvolvimento econômico-social do Estado, norteados-se segundo planos e programas e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: a) Plano Geral do Governo; b) programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual; c) orçamento plurianual de investimentos; d) orçamento anual; e) programação financeira de desembolso."

Essa a estrutura legal, através da qual deve se pautar o Governo na sua atuação nessa área.

A mesma Lei, em seus artigos sexto, sétimo e oitavo, trata, especificamente do "Orçamento Plurianual de Investimentos", tendo sido o seu art. 9.º, modificado pela lei 6206, de 13/7/71, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 9.º: O Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa a proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos até o dia 15 de setembro do ano imediatamente anterior ao fixado para o início de sua vigência.

§ único: A Assembléia Legislativa apreciará o Orçamento Plurianual de Investimentos no prazo de sessenta (60) dias."

É desnecessário, aqui, tratar da importância conferida ao Orçamento Plurianual de Investimentos, através do qual é projetada e cumprida toda a vida do Estado, no período.

Tanto o é, que a própria lei impõe prazos fixos, rígidos, improrrogáveis para a sua elaboração e remessa pelo Poder

Executivo ao Poder Legislativo, e a este, atualmente, estipula um lapso de tempo para deliberação.

Improrrogável o prazo para a Assembléia Legislativa manifestar-se, esgotado o qual, sem deliberação, ter-se-á como tacitamente aprovada a Mensagem original. É um razoável tempo para se proceder estudo, análise, modificações, enfim, firmar-se posição. O que não pode é escassear esse prazo, tê-lo diminuído, ou não considerado. Cada dia, dos sessenta de que dispõe a Assembléia, retirado de sua pesquisa, configura em furto de precioso tempo, irreparável e irremediável.

À Assembléia Legislativa, não se manifestando, cabe uma sanção: a aprovação por percurso de prazo, da matéria.

E ao Poder Executivo, a quem cabe, constitucionalmente, a iniciativa de leis dessa ordem, quando não elabora o Orçamento Plurianual de Investimentos, ou não o remete à Assembléia Legislativa no prazo legal, que sanção cabe?

A lei é omissa.

O Orçamento Anual, contemplado na Constituição do Estado com toda uma seção, tem ali prazo marcado para o seu envio à apreciação do Legislativo, desrespeitado o qual, tipifica-se o "crime de responsabilidade" do Governador.

Essa é a regra que deve ser aplicada com relação ao Orçamento Plurianual?

Ou não há regra alguma?

Cabe responsabilidade ao Governador do Estado, ou, na questão, é ele irresponsável?

Em suma, como deve proceder esta Casa?

Levanta-se o assunto diante do fato de que, até a data de hoje, vencido o prazo da Lei 6206, de 13/7/71, em uma semana, não ter sido enviado à Assembléia Legislativa, pelo Poder Executivo, o Orçamento Plurianual de Investimentos.

Diante do exposto, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, fundamentado, inclusive, no art. 130 do Regimento Interno da Casa, propõe a presente INDICAÇÃO, buscando manifestação da Assembléia Legislativa sobre:

1. Decorrido o prazo de que trata a Lei 6206, de 13/7/71, sem que até a presente data tenha o Poder Executivo enviado à Assembléia Legislativa o Orçamento Plurianual de Investimentos, que sanção cabe ao Governo ou é ele passível de "responsabilidade"?

2. Remetendo o Orçamento Plurianual em data à frente da de hoje, como procederá a Assembléia Legislativa para recuperar o tempo que lhe foi subtraído pelo Executivo?

3. Caberia, face a omissão da lei, fixar dispositivos que imponham, clara e efetivamente, responsabilidade e sanções ao Poder Executivo, desde que o mesmo existe em relação ao Legislativo a quem, ainda, é vedada a iniciativa dessa lei. Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1977."

O SR. ENÉAS FARIA — Espero, Sr. Presidente, e espero, Srs. Deputados, que fale mais forte o interesse do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Consulto o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, se deseja ocupar o espaço reservado à ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, emenda de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada

nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum". (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) (Pausa)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) 34 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

A Presidência, respeitosamente, solicita dos Srs. Deputados o obséquio de tomarem seus devidos lugares para possibilitar a conferência de votos por ocasião da deliberação da matéria.

Necessitando de apoio, emenda apresentada pelo Sr. Deputado Enéas Faria. "Emenda ao Projeto de Lei 91/77 - o artigo primeiro passa a ter a seguinte redação:— Ficam prorrogados até 30 de setembro de 1978, os efeitos da Lei 6547, de 5/6/1974". Os Srs. Deputados que a apoiam permaneçam como estão.— APOIADA. Será anexada ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 83/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 72/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Fundo de Mineração, e constituir a Empresa Minerais do Paraná S/A— MINEROPAR. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.C., por unanimidade.— COM EMENDAS DA C.C.J.

Regimentalmente, a Presidência coloca, prioritariamente, à consideração do Plenário, as emendas que foram objeto de deliberação favorável em sessão anterior.

Em discussão o projeto e as emendas.— Encerrada a discussão.

Em votação a Emenda No. 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça e que altera o § 1o. do Artigo 11. **Aprovada.**

Em votação a Emenda No. 2, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, que acresce uma alínea ao Artigo 15. **Aprovada.**

Em votação a Emenda No. 1 de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério; determina que o Artigo 6o. fique acrescido de um § único.— **Aprovada.**

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, eu queria me declarar contrário à emenda do nobre Deputado Erondy Silvério porque, eu entendo que é uma incoerência nós votarmos pela criação de uma empresa e depois querermos fazer restrição a atividade dessa mesma empresa. A emenda do nobre Deputado Erondy Silvério, eu acho que não encontra guarida no presente plano de lei, porque ela diz o seguinte: (Lê):

Ora, Sr. Presidente, nós queremos saber qual o critério que haveria para saber se há carência de recursos técnicos e financeiros na iniciativa privada, para a exploração de atividades com relação a empresa que será constituída. Quer dizer, fica a critério de quem fiscalizar se a empresa está invadindo a esfera privada e prejudicando as atividades das empresas privadas?

De sorte que eu entendo que a emenda não tem objetividade e por essa razão, Sr. Presidente, vou votar contra a emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação a Emenda No. 2, de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz (Lê) **Aprovada.**

Em votação a Emenda No. 3, de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz. (Lê) **Aprovada.**

Em votação a Emenda No. 4, também de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz (Lê) **Aprovada.**

Em votação a Emenda No. 5, de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz (Lê) **Aprovada.**

Em votação a Emenda No. 6, de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz. (Lê) **Aprovada.**

Em votação a Emenda No. 7, de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz. (Lê) **Aprovada.**

Em votação o Projeto de Lei No. 83/77, regimentalmente, a votação será feita em globo. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 70/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que denomina "PEDRO PASSOS LEONI", o Grupo Escolar localizado na Vila José Lacerda, na cidade da Lapa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO, por unanimidade.— **Aprovado pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 80/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "PADRE ANCHIETA", com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 87/77, de autoria do Sr. Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o "CONSELHO PARTICULAR DE MARINGÁ, DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 91/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 75/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva prorrogar até 30/6/79, os efeitos da Lei 6547, de 6/6/74. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto de lei existe uma emenda de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. (Lê a emenda). Em discussão o projeto e a emenda.— Encerrada a discussão.— Em votação o projeto, ressalvada a emenda.— Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.— **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda.— **Aprovada.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 263/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 423/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA BOA, objetivando reparos nos prédios dos Grupos Escolares "MANOEL ANTÔNIO DA CUNHA" e NEY BRAGA, na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 264/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 424/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUEDAS DO IGUAÇU, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar TIRADENTES, na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 265/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 425/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 266/77, de autoria

da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 426/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando reparos nos prédios do Grupo Escolar RUY BARBOSA e das Casas Escolares da Seção Cedro e do Patrimônio do Cedro, localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 267/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 427/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BARRA DO JACARÉ, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual BARRA DO JACARÉ, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 268/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 429/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JATAIZINHO, objetivando reparos nos prédios dos Grupos Escolares JOANA H.M. BORBA E PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 269/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 430/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARIALVA, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar de Marialva, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 270/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 435/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar VILA URUPES, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 271/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 436/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IVATUBA, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "AFRÂNIO PEIXOTO", na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 272/77, de autoria da CCJ, ex-Proposição 439/77, Mensagem 80/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CAFÉARA, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 273/77, de autoria da CCJ, Mensagem 84/77, ex-Proposição 442/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de ALTO PARANÁ, objetivando fornecimento de equipamentos

para a Delegacia de Polícia daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— **APROVADO.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 274/77, de autoria da CCJ, Mensagem 85/77, ex-Proposição 443/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária-INFRAERO, objetivando prestação de serviços técnicos ao Aeroporto AFFONSO PENA, São José dos Pinhais, pelo Corpo de Bombeiros. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— **APROVADO.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 275/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 451/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAPANEMA, objetivando a execução de reparos no prédio dos Grupos Escolares ROCHA POMBO e SÃO CRISTOVÃO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **APROVADO.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 277/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 456/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARILUZ, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **APROVADO.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 278/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 459/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PALMAS, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio SEBASTIÃO PARANÁ. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **APROVADO.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 279/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 460/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PALMEIRA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino, localizados naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **APROVADO.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 281/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 462/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIÊN, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— **APROVADO.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 282/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 465/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, objetivando reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino e a Unidade Sanitária daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **APROVADO.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 283/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 468/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TEIXEIRA SOARES, objetivando reparos em prédios de estabe-

lecimentos de ensino localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 284/77, de autoria da CCJ, Mensagem 92/77, ex-Proposição 473/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de GUAIRACA, objetivando obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 285/77, de autoria da CCJ, Mensagem 95/77, ex-Proposição 476/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de LUPIONÓPOLIS, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 85/74, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que dispõe sobre apostila de títulos de Nomeação dos Serventuários da Justiça, ativos e inativos. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria — EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI NÚMERO 85/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Os Serventuários da Justiça, ativos ou inativos, que deixaram de fazer em tempo hábil, por quaisquer circunstâncias, a apostila de seus títulos de nomeação quando da elevação de entrância das comarcas de que trata a Lei 4251, de 29/7/60, poderão fazê-la, por esta lei, para efeito dos benefícios daí decorrentes, aos quais terão direito a partir da data em que forem apostilados os respectivos títulos.

Art. 2o. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

O aumento que decorrerá da elevação de nível, não será pago pelos cofres do Estado e sim pela contribuição dos Cartórios para a Caixa de Aposentadoria dos mesmos.

Daí a iniciativa que tomamos, para a qual esperamos obter o apoio e a aprovação da Casa, por nos parecer de inteira justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei Número 85/74.

1. O nobre Deputado Gilberto Carvalho com o presente projeto de lei, objetiva assegurar aos Serventuários da Justiça, ativos ou inativos, que deixaram de fazer em tempo hábil, por quaisquer circunstâncias, a apostila de seus títulos de nomeação quando da elevação de entrância das comarcas de que trata a Lei 4251, de 29/6/60, o direito de fazê-la para efeito dos benefícios daí decorrentes, aos quais serão reconhecidos a partir da data em que forem apostilados os respectivos títulos.

2. A lei referida no projeto de No. 4251, de 29 de julho de 1960, dispõe sobre a elevação à 4a. entrância das Comarcas de Sertãozinho, Prudentópolis, Wenceslau Braz, Ribeirão Claro, Tomazina, Marialva, Pitanga, Araucária, Carlópolis e Bocaiuva do Sul e à 3a. entrância as comarcas de Teixeira Soares, Laranjeiras do Sul e Ribeirão do Pinhal.

3. Quer nos parecer que o objetivo do nobre Deputado não é o de mera apostila de títulos, mas sim de assegurar novamente direitos que não foram reconhecidos ou exercitados em tempo hábil. Pois se fosse somente de apostilamento de título não haveria necessidade de uma lei para determinar

esse ato que é meramente administrativo e sempre declaratório de direito pré-existente, isto é já reconhecido e assegurado.

4. Ao assegurar agora um apostilamento e dizer que os benefícios daí correntes — da apostila — somente darão direito a partir da vigência desta lei ou melhor ainda da data em que forem feitas as apostilas nos respectivos títulos, está, é evidente, legislando novamente. Assegurando agora, um novo direito que não foi reconhecido ou exercitando em tempo oportuno.

Parece-nos isso totalmente inoportuno e inconveniente, principalmente se levarmos em conta, simplesmente o fato de que a Lei de Divisão e Organização Judiciárias do Estado estabelecem hoje, outra estrutura para o escalonamento das Comarcas em entrâncias que são: Inicial, Intermediária e Final, não mais de 1a. a 4a. entrâncias.

5. Por último, o projeto se nos afigura inconstitucional por contrariar o Art. 25, § 1o. letra c, da Constituição Estadual, que assegura a exclusividade ao Governador do Estado da iniciativa das leis que disponham sobre servidores públicos e seu regimento jurídico.

Pela rejeição, por ser inconstitucional.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1977

(aa) MUGGIATI FILHO, Presidente;

OSVALDO MACEDO, Relator.

Sobre este projeto de lei há um requerimento de autoria do Sr. Deputado GILBERTO CARVALHO, autor do referido projeto, constante do expediente, solicitando adiamento por 20 sessões.

A Presidência faz menção ao art. 177 do Regimento Interno, em seu § único, em que determina que “os projetos de prorrogação ou de adiamento de Sessão Legislativa, os vetados, e os considerados urgentes, não admitirão adiamento de votação.

A Presidência todavia, entende que não pode sobrepor à rigidez do Regimento Interno, ao interesse do Plenário e da Casa, notadamente quando matéria deva obedecer melhor análise por parte das comissões técnicas e que reta tempo elástico para que os Srs. Deputados possam observar a validade da proposição.

Considerando que sobre o Projeto de Lei 85/77 de autoria do Poder Executivo, também em regime de urgência, existe pedido idêntico formulado pelo Sr. Deputado Enéas Faria e que solicita a sua retirada da Ordem do Dia, propondo-se a melhor estudá-la, a Presidência submete — já que não pode deliberar face dispositivo regimental, a que o Plenário decida inicialmente sobre a validade do requerimento do Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que solicita adiamento da votação do projeto por 20 sessões.— APROVADO.

Conseqüentemente, retirado o Projeto de Lei 85/77, da Ordem do Dia.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 81/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 70/77, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina, órgão destinado a julgar a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e das demais praças com estabilidade nos quadros da corporação. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CO, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI NÚMERO 81/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1o. O Conselho de Disciplina é destinado a julgar da incapacidade do Aspirante a Oficial PM e das demais praças

da Polícia Militar do Estado do Paraná com estabilidade assegurada para permanecerem na ativa, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.

Parágrafo único. O Conselho de Disciplina pode, também, ser aplicado ao Aspirante a Oficial PM e às demais praças da Polícia Militar, reformados ou na reserva remunerada, presumivelmente incapazes de permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Art. 2o. — É submetido a Conselho de Disciplina, "ex-offício", o policial-militar referido no Art. 1o. e seu § único:

I — acusado oficialmente ou por qualquer meio lícito de comunicação social de ter:

a) procedido incorretamente no desempenho do cargo;

b) tido conduta irregular; ou

c) praticado ato que afete a honra pessoal, o pun-donor policial-militar ou o decoro da classe.

II — afastado do cargo, na forma da legislação vigente, por se tornar incompatível com o mesmo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais-militares a ela inerente, salvo se o afastamento é decorrência de fatos que motivem sua submissão a processo;

III — condenado por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em tribunal civil ou militar, a pena restritiva de liberdade individual até 1 (dois) anos, tão logo transite em julgado a sentença; ou

IV — pertencente a partido político ou associação, suspensos ou dissolvidos por força de disposição legal ou decisão judicial, ou que exerçam atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

Parágrafo único. É considerada entre outros, para os efeitos desta lei, pertencente a partido ou associação a que se refere este artigo, o Aspirante a Oficial ou a praça da Polícia Militar, que ostensiva ou clandestinamente:

a) estiver inscrita como seu membro;

b) prestar serviços ou angariar valores em seu benefício;

c) realizar propaganda de suas doutrinas; ou

d) colaborar, por qualquer forma, mas sempre de modo inequívoco ou doloso, em suas atividades.

Art. 3o. — O policial-militar ao ser submetido a Conselho de Disciplina, é afastado do exercício de suas funções.

Art. 4o. — A nomeação do Conselho de Disciplina, por deliberação própria ou por ordem superior, é da competência do Comandante-Geral da Corporação.

Art. 5o. — O Conselho de Disciplina é composto por 3 (três) oficiais da Corporação.

§ 1o. — O membro mais antigo do Conselho de Disciplina, no mínimo um oficial intermediário, é o presidente; o que lhe segue em antiguidade é o interrogante e relator, e o mais moderno, o escrivão.

§ 2o. — Não podem fazer parte do Conselho de Disciplina:

a) o oficial que formulou a acusação;

b) os oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil; e

c) os oficiais que tenham particular interesse na decisão do Conselho de Disciplina.

Art. 6o. — O Conselho funciona sempre com a totalidade de seus membros, em local onde a autoridade nomeante julgue melhor indicado, para a apuração do fato.

Art. 7o. — Reunido o Conselho de Disciplina, convocado previamente por seu presidente, em local, dia e hora designados com antecedência, presente o acusado, depois de prestado o compromisso legal, o Presidente manda proceder à lei-

tura e à autuação dos documentos que constituíram o ato de nomeação da Comissão; em seguida, é ordenada a qualificação e o interrogatório do acusado, o que é reduzido a auto, assinado por todos os membros do Conselho e pelo acusado, fazendo-se juntada de todos os documentos por este oferecidos.

§ 1o. A fórmula de compromisso do presidente é: "Prometo examinar com imparcialidade os fatos que forem submetidos e opinar sobre eles com justiça e disciplina". Os demais membros dirão: "Assim o prometo".

§ 2o. Quando o acusado é praça da reserva remunerada ou reformado e não é localizado ou deixa de atender à intimação por escrito para comparecer perante o Conselho de Disciplina:

a) a intimação é publicada em órgão de divulgação na área de domicílio do acusado, durante 3 (três) dias; e

b) o processo corre à revelia, se o acusado não atender à publicação.

Art. 8o. — Aos membros do Conselho de Disciplina é lícito reperguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

Art. 9o. — Ao acusado é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de 5 (cinco) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho de Disciplina fornecer-lhe o libelo acusatório, onde se contenham com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados.

§ 1o. — O acusado, salvo revelia, deve ser intimado a comparecer a todas as sessões do Conselho de Disciplina, exceto à sessão secreta de deliberação do relatório.

§ 2o. — Em sua defesa, pode o acusado requerer a produção perante o Conselho de Disciplina, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar.

§ 3o. — As provas a serem realizadas mediante carta precatória são efetuadas por intermédio da autoridade policial-militar.

§ 4o. — O processo é acompanhado por um oficial:

a) indicado pelo acusado quando este o desejar, para orientação de sua defesa; ou

b) designado pelo Comandante-Geral da Corporação, nos casos de revelia.

Art. 1o. — O Conselho de Disciplina pode inquirir o acusador ou receber por escrito sua acusação, ouvindo a respeito o acusado.

Art. 11. — O Conselho de Disciplina dispõe do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa do relatório.

Parágrafo único. O Comandante-Geral da Corporação, por motivos excepcionais, pode prorrogar até 20 (vinte) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos.

Art. 12. — Realizadas todas as diligências, o Conselho de Disciplina passa a deliberar, em sessão secreta, sobre o relatório a ser redigido.

§ 1o. — O relatório, elaborado pelo escrivão e assinado por todos os membros do Conselho de Disciplina, deve decidir se o policial-militar:

a) é, ou não, culpado da acusação que lhe foi feita; ou

b) no caso do item III, do Art. 2o., levados em consideração os preceitos de aplicação da pena prevista no Código Penal Militar, está ou não incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 2o. — A decisão do Conselho de Disciplina é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 3o. — Quando houver voto vencido, é facultada sua justificação por escrito.

§ 4o. — Elaborado o relatório, com um termo de encerramento, o presidente do Conselho de Disciplina remete

o processo ao Comandante-Geral da Corporação.

Art. 13. Recebidos os autos do processo do Conselho de Disciplina, o Comandante-Geral, dentro do prazo de vinte (20) dias, aceitando ou não, seu julgamento e, neste último caso, justificando os motivos de seu despacho determina:

- I — O arquivamento do processo, se não julga o policial-militar culpado ou incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade;
- II — aplicação da pena disciplinar, se considera contração ou transgressão disciplinar a razão pela qual o policial-militar foi julgado culpado;
- III — a remessa do processo ao auditor competente, se considera crime a razão pela qual o policial-militar foi julgado culpado; ou
- IV — a exclusão a bem da disciplina, se julga culpado o policial-militar submetido a Conselho de Disciplina pelos itens I, II e IV do Art. 2o. desta Lei;
- V — a remessa do processo ao Governador do Estado para a efetivação da reforma se, pelo crime cometido, previsto no item III do Art. 2o. desta lei, considera que o policial-militar está incapacitado para permanecer na ativa ou na situação de reserva remunerada.

§ 1o. — O despacho que determinar o arquivamento do processo, sob a forma de Portaria, será publicado no Boletim do Comando-Geral da Corporação e transcrito para o cadastro funcional do policial-militar.

§ 2o. — A reforma do policial-militar é efetuada no grau hierárquico que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Arr. 14. — O acusado ou, no caso de revelia, o oficial que acompanhou o processo, pode interpor recurso da decisão do Conselho de Disciplina ou da solução posterior do Comandante-Geral da Corporação.

Parágrafo Único — O prazo para interposição de recursos é de dez (10) dias, contados a partir da data da publicação do despacho referido no § 1o. do Art. 13, desta lei.

Art. 15. — Cabe ao Governador do Estado, em última instância, no prazo de vinte (20) dias, julgar os recursos que forem interpostos nos processo oriundos dos Conselhos de Disciplina.

Art. 16 — Aplicam-se a esta lei, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal Militar.

Art. 17. — Para os efeitos desta lei, o prazo de prescrição será de seis anos, aplicável, no que couber, o disposto no Código Penal Militar.

Art. 18. — O Comandante-Geral da Polícia Militar, baixará as instruções complementares necessárias à execução desta lei.

Art. 19. — O parágrafo único, do Art. 294, da Lei no. 1943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar), passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo Único. O Aspirante-a-Oficial e as demais praças com estabilidade presumida somente serão excluídos em virtude da decisão judicial ou com base no julgamento de Conselho de Disciplina”.

Art. 20. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 81/77

O presente projeto de lei originário da Mensagem governamental 70/77, tem por finalidade instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina e dá outras providências.

Justificando a proposta, aduz S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que a medida legal proposta, vem de encontro aos superiores interesses da Administração, suprimindo lacuna existente na legislação atual de lei que se alicerça em estudos decorrentes

da orientação emanada da Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado Maior do Exército, e se enquadra com o Decreto Federal no. 71.500, de 05/12/72, que dispõe sobre as atividades e funcionamento do Conselho de Disciplina das Forças Armadas.

Legal e constitucionalmente a matéria não encontra obstáculo algum que possa impedir o seu trâmite normal por esta Casa.

Da análise do Projeto que ora é submetido à consideração desta Casa, temos que o mesmo, efetivamente, através dos seus 20 artigos, irá estabelecer pelo Conselho de Disciplina o julgamento da incapacidade do Aspirante a Oficial P.M. e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, com estabilidade assegurada para permanecer na ativa, criando-lhes ao mesmo tempo, condições para se defenderem.

A medida proposta, de fato, trará inúmeros benefícios à classe policial militar do Paraná, e por certo evitará, na sua plena vigência, que abusos que ora são cometidos por elementos incapacitados que se incorporam à P.M., venham denegrir o conceito dos mais elevados da valorosa e tão prestativa classe, que muito tem a dever a comunidade de nosso Estado.

Com isso, manifestamos o nosso parecer favorável ao Projeto de Lei no. 81/77, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei no. 81/77

O presente projeto de lei objetiva instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina, com encargo de julgar a incapacidade do Aspirante a Oficial e dos demais praças da Polícia Militar, cuja conduta esteja sob suspeição.

O Conselho de Disciplina pode, ainda, ser aplicado aos integrantes daqueles postos que se encontram reformados ou na reserva remunerada.

É objeto de apreciação pelo Conselho, entre outras atribuições: Julgar os acusados oficialmente ou através dos meios de comunicação social; aos que hajam procedido de modo incorreto no desempenho do cargo; aos que tenham tido conduta irregular ou praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe.

O Projeto regula ainda o funcionamento do Conselho e dá outras providências.

Na justificação, aduz o Sr. Governador que o projeto de lei, consubstancia o resultado de estudos decorrentes de orientação, emanada da Inspeção Geral das Polícias Militares, Órgãos do Estado Maior do Exército, e de que a medida está em consonância com o Decreto Federal 71.500, de 05/12/72, dispositivo que regula as atribuições e funcionamento do Conselho de Disciplina das Forças Armadas.

Trata-se sem sombra de dúvida, de medida de alta significação para o aperfeiçoamento das atividades da Polícia Militar e que propiciará a elevação do seu conceito através do saneamento das suas fileiras dos elementos cuja conduta sejam incompatíveis e, a qual, diga-se de passagem, já goza de boa reputação.

Nestas condições, julgamos que o projeto deve ser acolhido por esta Casa e, na esfera de atuação desta Comissão, a nossa opinião é de que merece aprovação.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Aguinaldo Pereira Lima, Relator

Sobre o referido Projeto de Lei, existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando a sua retirada da Ordem do Dia por 4 sessões.

Da mesma forma, a Presidência coloca em votação o

requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria. — APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, enfatizando a necessidade premente da criação e conseqüente instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito no Município de Marialva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Penteado, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que seja encaminhada, em tempo hábil, mensagem propondo aumento de vencimento aos funcionários públicos estaduais, a fim de que possa ser implantado nas folhas de janeiro de 1978, bem como sejam expedidos decretos majorando as gratificações de representação de gabinete. Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Catarinense de Medicina e 1a. Exposição de Artes Plásticas a se realizarem em Florianópolis - SC, entre 19 a 22 de outubro próximo vindouro. — APROVADO.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, consubstanciado em indicação, buscando manifestação da Assembléia Legislativa, referente às Leis nos. 5.982 e 6206 e -a Constituição Estadual. — A Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Orçamento.

A Presidência volta a lembrar aos Srs. Deputados, que, mantendo contato com o Senador Teutônio Vilela, foi designada a ata de 13 de outubro próxima, quinta-feira, para que se faça presente neste Plenário, às 14,30 horas, S. Exa., oportunidade em que, a convite da Assembléia Legislativa do Estado, fará uma exposição sobre o projeto de sua autoria denominado PROJETO BRASIL.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO No. 610/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de duas atribuições,

R E S O L V E:

I — revogar o Decreto Legislativo no. 20/77, de 10 de fevereiro de 1977, que designou a funcionária DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, matrícula no. 239, para substituir o funcionário Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, no cargo de Secretário de Comissão, a partir de 03 de outubro de 1977;

II — designar a funcionária UMBELINA CARRARO SANTOS, matrícula no. 461, ocupante o cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para substituir o funcionário Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, enquanto perdurar o seu impedimento, nos termos do Art. 71, parágrafo 2o. da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 03 de outubro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 609/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

revogar o Decreto Legislativo no. 21/77, de 25 de fevereiro de 1977, que designou em substituição à funcionária Delta de Almeida Cardoso, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, enquanto perdurasse o seu impedimento, o funcionário EDMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula no. 498, ocupante do cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 03 de outubro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário